



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

SEVERINO PRUDÊNCIO DA SILVA

**UMA ANÁLISE POLÍTICA DO PROGRAMA PNLD NA ESCOLA
RAUL CÓRDULA: VIABILIDADE, EFETIVIDADE E PROCESSO**

**CAMPINA GRANDE - PB
2015**

SEVERINO PRUDÊNCIO DA SILVA

**UMA ANÁLISE POLÍTICA DO PROGRAMA PNLD NA ESCOLA
RAUL CÓRDULA: VIABILIDADE, EFETIVIDADE E PROCESSO**

Monografia apresentada como requisito para obtenção da Graduação em Licenciatura plena em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação da Prof.^a Ms. Angélica Mara de Lima Dias.

**CAMPINA GRANDE - PB
2015**

SEVERINO PRUDÊNPIO DA SILVA

**UMA ANÁLISE POLÍTICA DO PROGRAMA PNLD NA ESCOLA
RAUL CÓRDULA: VIABILIDADE, EFETIVIDADE E PROCESSO**

Monografia apresentada como requisito para obtenção da
Graduação em Licenciatura plena em Geografia do Centro
Acadêmico de Geografia da Universidade Federal de
Campina Grande, pela seguinte banca examinadora:

Angélica Mara de Lima Dias
(Orientadora)

Maria do Socorro Ramalho
(Examinadora externa)

Thiago Romeu Sousa
(Examinador interno)

Campina Grande, PB.
Novembro de 2015

O RIO E O OCEANO

“Diz-se que, mesmo antes de um rio cair no oceano ele treme
de medo.

Olha para trás, para toda a jornada, os cumes, as montanhas,
o longo caminho sinuoso através das florestas, através dos
povoados, e vê à sua frente um oceano tão vasto que entrar
nele nada mais é do que desaparecer para sempre.

Mas não há outra maneira. O rio não pode voltar.
Ninguém pode voltar. Voltar é impossível na existência. Você
pode apenas ir em frente.

O rio precisa se arriscar e entrar no oceano.
E somente quando ele entra no oceano é que o medo
desaparece.

Porque apenas então o rio saberá que não se trata de
desaparecer no oceano, mas tornar-se oceano.

Por um lado é desaparecimento e por outro lado é
renascimento.

Assim somos nós.

Só podemos ir em frente e arriscar.
Coragem !Avance firme e torne-se Oceano!”

Por: Osho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a instituição UFCG que me concebeu a oportunidade de cursar licenciatura em Geografia, principalmente a Unidade Acadêmica de Geografia, e todos os funcionários e professores da mesma.

A minha família. Todos os meus irmãos, e principalmente a minha mãe Luiza Zezuino da Silva, e meu pai, Manoel Prudêncio da Silva, por estarem comigo em todas as situações boas e ruins de minha vida.

Agradeço a Deus por mais uma etapa concluída em minha vida, por ter me amparado nos momentos mais difíceis, pois, sem ele todo esforço seria em vão, por isso, tenho eterna gratidão.

Aos meus orientadores, Angélica Mara, pela a aceitação em orientar o meu trabalho de conclusão de curso com muita dedicação, competência, e respeito, e ao professor Sérgio Malta, por ter sido meu orientador durante toda minha trajetória no curso de Geografia.

Ao projeto PIBID, por todas as experiências que o mesmo promoveu para que eu tenha uma melhor formação.

Aos docentes e gestores da E.E.E.F. Raul Córdula, que me acolheram e sempre se dispuseram a colaborar em minha pesquisa.

E a todos os meus colegas de curso, principalmente, Marcelo Dias, Felipe Farias, Bárbara Policarpo, Estanley Pires, Eronides Barbosa, Graciele Mousinho, Bruno Farias, Noaldo Tavares e Leandro Fideles, pelo apoio e carinho durante todo o decorrer do curso.

RESUMO

No contexto no qual está inserida a educação no Brasil, o ensino básico na rede pública brasileira é um problema complexo no qual se ligam diversos caminhos entrelaçados por um fator comum, o ensino e aprendizagem. Caminhos estes que podem sofrer influências de *eventos e processos de várias escalas nos quais muitas vezes a prioridade não é a educação, conseqüentemente pode acarretar uma precarização do ensino público*. Assim sendo, este trabalho tem como objetivo, realizar uma análise do programa PNLD na escola Raul Córdula, buscando entender o processo de escolha do livro didático e qual a efetividade do mesmo no ensino de Geografia na instituição. Para chegarmos ao nosso propósito, foi realizado um diagnóstico físico e pedagógico, com a finalidade de entender em qual cenário se estabelece o livro na escola campo de pesquisa, isso posto, a coleta de dados foi feita através de questionários semiestruturados sobre o tema abordado e aplicados para a diretoria e os professores de Geografia, por entendermos que são as fontes mais seguras das que podemos consultar sobre a temática na instituição citada. Com a análise da escola, percebemos que a mesma possui boas condições, com relação ao espaço físico, material didático, e outros recursos disponíveis através de programas governamentais, o livro didático é o principal recurso em sala de aula, nesse contexto, a escolha do livro na mesma embora seja bem elaborada pelos professores, é um pouco equivocada, devido a os professores não analisarem todas as obras oferecidas pelo PNLD.

Palavras Chave: PNLD. Livro didático. Geografia.

ABSTRACT

The context in which it operates education in Brazil, Basic education in Brazilian public schools is a very complex issue on which binds many ways intertwined by a common factor, teaching and learning. These paths that can be influenced by events and processes of various scales in which many times the priority is not education thus can lead to a precarious public education. Therefore, the this paper aims, conduct an analysis of PNLD program, in school Raul Cordula, trying to understand the process of choosing the textbook and that the effectiveness of it in geography teaching at the institution. To reach our purpose, we performed a physical and pedagogical diagnosis, in order to understand in which scenario is established book at school search field, it said, the data collection was made through semi-structured questionnaires on the topic and applied to the board and Geography teachers, because we believe that are the strongest sources from which we can consult on the subject in this institution. With the school's analysis, we realize that it has good conditions with respect to physical space, educational materials, and other resources available through government programs, the textbook is the main resource in the classroom, in this context, the choice of book at the same although it is well thought out by teachers, it is somewhat misleading, because the teachers do not analyze all the works offered by PNLD.

Keywords: PNLD. Textbook. Geography.

LISTA DE TABELA

Tabela 1: Assistência PNLD.....	15
Tabela 2: Faturamento das editoras como PNLD.....	23
Tabela 3: Diagnóstico pedagógico da escola.....	30
Tabela 4: Ranque dos recursos didáticos mais utilizados.....	35

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Mapa de localização da escola Raul Córdula	29
Imagem 2: Espaço físico da escola	30
Imagem 3: Livros utilizados n fundamental e médio	31

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Calendário PNLD.....	16
Figura 2: PNLD: Aquisição e reposição de livros didáticos.....	17
Figura 3: Valores negociados para livros didáticos impressos e NecDaisy.....	22

LISTA DE SIGLAS

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INL- Instituto Nacional do Livro

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação

PB – Paraíba

PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático

PIBIC- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID- Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência-

SEB-Secretaria de Educação Básica

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IPT- Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

SEB-Secretaria de Educação Básica

SEB- Sistema Educacional Brasileira

ECT- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

UFRJ- Universidade Federal do Rio de Janeiro

TIC-Tecnologias da Informação e Comunicação

PPP-Projeto Político pedagógico

PCN-Parâmetros Curriculares Nacionais Parâmetros

CNLD-comissão nacional do Livro Didático

FAE-Fundação de Assistência ao Estudante

SUMÁRIO

1-CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.1-PERCURSO DE PESQUISA.....	12
1.2-METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO.....	13
2-CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNLD	14
2.1-O QUE É O PNLD.....	14
2.2-BREVE HISTÓRIA DO PROGRAMA PNLD.....	18
3-LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA	21
3.1-EDITORAS E O COMÉRCIO DE LIVRO DIDÁTICO.....	21
3.2-A GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	24
3.3-O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA.....	27
4-O PNLD E O LIVRO DIDÁTICO NA ESCOLA RAUL CÓRDULA	29
4.1-A ESCOLA RAUL CÓRDULA.....	29
4.2-O PROGRAMA PNLD NA ESCOLA.....	31
4.3-A ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA.....	32
4.4- RELAÇÃO DAS EDITORAS COM A ESCOLA.....	33
4.5- A UTILIZAÇÃO DO LIVRO NO ENSINO DE GEOGRAFIA.....	34
5-CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
APÊNDICE	40

1-CONSIDERAÇÕES INICIAIS

1.1-PERCURSO DE PESQUISA

O interesse em realizar uma análise sobre como funciona a escolha do livro didático de Geografia através do PNLD na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Córdula e qual a efetividade do livro na sala de aula surgiu, em um primeiro momento, em 2012, a partir do meu desempenho¹ em um projeto PIBIC intitulado “Exequibilidade e efetividades das metodologias de ensino de Geografia na rede pública de Campina Grande-PB”, no qual tive a oportunidade de pesquisar e discutir sobre o PNLD e o livro didático na Escola Estadual de Ensino Fundamental Nossa Senhora do Rosário, e a Escola Estadual de ensino médio Dr. Elpídio de Almeida.

O segundo momento foi em 2014, quando participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, na Escola Estadual Prof. Raul Córdula, no qual, através das atividades realizadas vinculadas ao programa e sobre as orientações dos professores coordenadores e supervisores deste, tive a oportunidade de conhecer melhor a dinâmica de uma escola pública, suas concepções políticas e pedagógicas, além de criar um vínculo com a escola campo de pesquisa.

O terceiro momento, e mais determinante, surgiu através das disciplinas de estágios supervisionados I, II, III, e IV, efetuado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Clementino Procópio. Durante as observações em sala, foi possível perceber que as aulas de Geografia eram tradicionais, voltadas para o uso excessivo do livro didático. Qualquer atividade tinha como principal ferramenta o livro, o professor lecionava as aulas regadas a questões retiradas do mesmo, sendo a qualidade deste ruim e distante da realidade do aluno. Foi neste momento que surgiu a curiosidade de entender como funciona o processo de escolha do livro didático, quais os motivos que resultam na aprovação de um material com tal qualidade, e o que o eleva a posto de principal material didático utilizado pelos professores do ensino básico das escolas públicas.

A área de estudo, escola Raul Córdula, foi escolhida por dois motivos: primeiro por trabalhar na cidade de Campina Grande-PB, qual eu resido, e segundo, pelo fato de

¹ Esta primeira parte do texto está escrita em 1ª pessoa do singular por relatar uma experiência individual. No entanto, após esse primeiro tópico, a escrita segue em 1ª pessoa do plural.

já ter conhecimento da instituição analisada, ao fato de ter trabalhado na mesma durante o PIBID.

1.2-METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO

Neste trabalho, recorreremos como procedimento metodológico, em um primeiro momento, a um levantamento bibliográfico de fontes que discorrem sobre a temática abordada. Desta forma, nosso trabalho apresenta no referencial teórico autores como Montovani (2009), Gebara (2000) Gadotti (2001) e Kimura (2008), versando sobre o livro didático e o PNLD; Cavalcanti (2008) Vesentini (2004) e Pontuschka (2009) que versam sobre educação e ensino.

Em um segundo momento, recorreremos a campo, neste caso, definimos como recorte empírico a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Professor Raul Córdula, com objetivo de entender como funciona o PNLD na instituição, destacando o processo na escolha do livro didático de Geografia na mesma, e qual a importância deste nesta referida disciplina escolar. Para chegarmos ao nosso propósito, buscamos entender a Geografia na educação básica, fazendo referência ao Livro Didático, analisamos em qual cenário está estabelecido o livro na escola, e examinamos como funciona o PNLD na instituição, o processo de escolha, sua viabilidade e efetividade. Sendo assim, foi realizado um diagnóstico físico e pedagógico, com a finalidade de entender em qual cenário se estabelece o livro na escola campo de pesquisa, isso posto, a coleta de dados foi feita através de questionários semiestruturados sobre o tema abordado e aplicados para a diretoria e os professores de Geografia, por entendermos quais são as fontes mais seguras nas quais podemos consultar sobre a temática na instituição citada. Nesta perspectiva, torna-se uma pesquisa qualitativa e quantitativa na qual os dados obtidos serão evidenciados a partir de uma análise holística. Por fim, demos sequência à sistematização dos levantamentos e dados coletados para a escrita deste trabalho.

Dessa maneira, nosso trabalho está estruturado em três partes. Na primeira falamos sobre nossas considerações iniciais sobre o PNLD, discutindo a relação entre o programa, as editoras e a escola. Na segunda parte, realizamos uma breve discussão sobre o ensino de Geografia nas escolas públicas brasileiras fazendo uma relevância ao livro didático. Na última parte, traremos as nossas análises a partir dos dados coletados

através de pesquisas *in loco* e questionários, e, por fim, apresentamos nossas considerações finais sobre a pesquisa realizada.

2- CONSIDERAÇÕES SOBRE O PNLD

2.1-O QUE É O PNLD

Para analisar o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é de fundamental importância entender que de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-1996), Artigo 4º, inciso VIII, o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. Nessa colocação, entendemos que é dever do Estado criar políticas públicas que venham a contribuir para o desenvolvimento da educação, e entre essas obrigações descritas em lei, suprir de materiais didáticos o ensino regular público para sanar problemas socioeconômicos e melhorar a educação é uma delas. Sendo assim, o PNLD, segundo o Ministério da Educação (MEC) tem como principal objetivo subsidiar o trabalho pedagógico dos professores por meio da distribuição de coleções de livros didáticos aos alunos da educação básica das escolas públicas de ensino fundamental e médio com livros didáticos e acervos de obras literárias, obras complementares e dicionários.

O programa é efetuado com as contribuições da Secretaria de Educação Básica (SEB), que é responsável por toda a coordenação e supervisão do processo de avaliação pedagógica, e a elaboração do guia de livros didáticos em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável por toda execução financeira e orçamentária do processo, além da aquisição e distribuição das obras didáticas. Essa ação realizada pelo PNLD, é possível a partir de editais disponibilizados no portal do FNDE na internet, no qual as editoras interessadas em ter seus exemplares inseridos no programa cumprem com todas as exigências para disputarem uma vaga entre as tantas oferecidas. Após essa primeira etapa, as obras selecionadas são encaminhadas para o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), que segundo o portal do FNDE, desde 1999 é responsável por examinar os exemplares e determinar quais estão em comum acordo com os editais nas exigências físicas e técnicas. Os livros aprovados são habilitados a receber uma avaliação pedagógica de especialistas selecionados pelo Sistema Educacional Brasileiro (SEB), esses

especialistas elaboram resenhas dos livros que passam a compor o Guia de Livros Didáticos. A divulgação e distribuição desse guia é de responsabilidade do FNDE, que o torna visível em seu portal na internet com a possibilidade de *download*, e envia o mesmo material impresso às escolas cadastradas no censo escolar.

As escolas são responsáveis pela escolha dos livros didáticos que serão utilizados por professores e alunos, a seleção das obras é feita com o auxílio do guia distribuído pelo FNDE, e é de responsabilidade dos diretores e professores que de forma democrática escolha o livro que mais condiz com os princípios da escola. Após eleger quais coleções farão parte dos próximos três anos letivos da escola, o FNDE inicia uma negociação com as editoras que detém dos direitos das obras selecionadas, após concluir a negociação e ficar formulado a produção e entregas dos materiais pelas empresas, o contrato é firmado pelo FNDE, que junto ao IPT são responsáveis pela supervisão durante a produção do material, no qual é verificado se as obras estão de acordo com as exigências físicas asseguradas com base na Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Após concluir todas as ações, os livros didáticos são distribuídos nas escolas pela empresa brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) vinculado através de contrato com FNDE que em conjunto das secretarias estaduais da educação acompanham todo processo. Os livros são entregues diretamente nas escolas, com exceção das zonas rurais para as quais a distribuição é feita nas prefeituras ou secretarias de educação que, por sua vez, repassam o material aos demais. É notório que o processo percorrido pelo livro didático, desde seu primeiro contato com o PNLD até o seu destino final, as escolas, é extenso, porém, se entende necessário esse rigor, para que o produto final saia com a qualidade e a quantidade necessárias para sanar toda a demanda que esse programa agrega. Fato este ilustrado na tabela 1 a seguir.

Tabela 1 ASSISTÊNCIA-PNLD

ATENDIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR
ANOS INICIAIS DO EF (1° AO 5°)	Alfabetização Matemática, Letramento Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, Ciências, História.
ANOS FINAIS DO EF (6° AO 9°)	Matemática, Língua Portuguesa, Ciências, História, Geografia, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol).
ENSINOMÉDIO	Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Língua Estrangeira Moderna (Inglês e Espanhol), Filosofia, Sociologia, Biologia, Física, Química e Arte.

Fonte: PNLD-2015.

Toda essa assistência descrita na tabela acima é organizada pelo PNLD em um revezamento anual de aquisição e reposição entre os três níveis do ensino básico do país, anos iniciais fundamental (do 1º ao 5º ano), anos finais fundamental (do 6º ao 9º ano), e o ensino médio (do 1º ao 3º ano). Nesse contexto, a figura 1 abaixo detalha a programação de todas essas ações realizadas pelo programa de 2012 a 2015.

Figura 1

CALENDÁRIO-PNLD

Ano de Atendimento	Distribuição Integral dos Livros Didáticos	Reposição Integral de Livros Consumíveis	Reposição e Complementação Parcial de Livros Reutilizáveis	Distribuição dos Acervos
2012	1º ao 3º ano do ensino médio	Alfabetização Matemática, Alfabetização Linguística e Língua Estrangeira	2º ao 9º ano do ensino fundamental	Dicionários
2013	1º ao 5º ano do ensino fundamental	Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia	6º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio	Obras Complementares
2014	6º ao 9º ano do ensino fundamental	Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia	2º ao 5º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio	Obras Literárias para Alfabetização na Idade Certa
2015	1º ao 3º ano do ensino médio	Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização e Língua Estrangeira	2º ao 9º ano do ensino fundamental	Dicionários
2016	1º ao 5º ano do ensino fundamental	Língua Estrangeira, Filosofia e Sociologia	6º ao 9º ano do ensino fundamental e 1º ao 3º ano do ensino médio	Obras Complementares

E assim sucessiva e alternadamente nos anos seguintes

FONTE: Portal FNDE-2015

Como podemos observar, o PNLD realiza a cada três anos uma distribuição total dos livros didáticos, tendo uma alternância por nível de ensino a cada ano. Durante esse ciclo são feitas as reposições e complementações desses livros, em que são organizados em reutilizáveis e consumíveis. Compostos pelos livros de Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Física, Química e Biologia os livros reutilizáveis, que tem a sua reposição parcial, devem ser devolvidos ao final do ano para serem utilizados por outros alunos, portanto os mesmos não devem sofrer nenhum dano físico, como rabiscos, escritas, entre outros. Diferente dos livros reutilizáveis, os livros consumíveis, Alfabetização, Matemática, Letramento e Alfabetização, Inglês, Espanhol, Filosofia e Sociologia, tem sua reposição integral.

Outro ponto a ser destacado diz respeito às ações complementares do programa, uma vez que distribui dicionários para serem utilizados em sala de aula do ensino fundamental e do ensino médio, além de das obras complementares implementadas do 1º ao 3º ano do ensino fundamental. Como já observamos, o PNLD tem proporções expressivas se formos analisar tudo que ele abarca tanto na questão social quanto física.

Sendo assim, a figura 2 abaixo descreve os números desse programa com relação aos livros didáticos dos anos 2012/2013 até 2015/2016.

Figura 2 PNL D-AQUISIÇÃO E REPOSIÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS

Ano de Aquisição	Ano do PNL D (letivo)	Alunos Beneficiados	Escolas Beneficiadas	Exemplares	Investimento*	Atendimento
2015	** PNL D 2016	-	-	-	-	Aquisição Completa Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano
		11.041.763	49.765	28.170.038	326.554.141,36	Reposição Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano
		7.409.306	19.512	35.337.412	505.243.856,95	Reposição Ensino Médio
		18.451.069	77.630	63.507.450	831.797.998	Total
2014	PNL D 2015	11.032.122	47.225	25.454.102	203.899.968,88	Reposição Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano
		10.774.529	51.762	27.605.870	227.303.040,19	Reposição Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano
		7.112.492	19.363	87.622.022	898.947.328,29	Aquisição Completa Ensino Médio
		28.919.143	-	140.681.994	1.330.150.337,36	Total
2013	PNL D 2014	23.452.834	46.962	103.229.007	879.828.144,04	Reposição Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano
			50.619			Aquisição Completa Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano
		7.649.794	19.243	34.629.051	333.116.928,96	Reposição Ensino Médio
		31.102.628	116.824	137.858.058	1.212.945.073,00	Total
2012	PNL D 2013	24.304.067	47.056	91.785.372	751.725.168,04	Aquisição Completa Ensino Fundamental: 1º ao 5º ano
			50.343			Reposição Ensino Fundamental: 6º ao 9º ano
		8.780.436	21.288	40.884.935	364.162.178,57	Reposição Ensino Médio
		33.084.503	-	132.670.307	1.115.887.346,61	Total

* Valor gasto com aquisição, distribuição, controle de qualidade e etc.

** Valor previsto para aquisição, distribuição, avaliação de obras, controle de qualidade e etc.

Fonte: Portal do FNDE-2015.

Com base na fonte divulgada pelo portal do FNDE, podemos analisar que nos anos de 2012 o PNL D, através de aquisições e reposições de livros didáticos no ensino básico nas escolas públicas brasileiras, beneficiou 33.084.503 milhões de alunos, com um total de 132.670.307 milhões de exemplares, gerando um gasto total investido pelo governo de 1.115.887.346,61 bilhões de reais. Em 2013 foram beneficiados 31.102.628 milhões de alunos, distribuídos em 116.824 mil escolas, com um total de 137.858.058 milhões de exemplares, gastando uma quantia de 1.212.945.073,00 bilhões de reais. No ano de 2014 foram 28.919.143 milhões de alunos beneficiados com 140.681.994 milhões de exemplares gerando um total de 1.330.150.337,36 bilhões de reais gastos. No ano de 2015, visto que esse processo ainda está em andamento os números ainda

não são completos, porém já existem alguns valores divulgados pela organização, sendo 18.451.096 milhões de alunos beneficiados em 77.630 mil escolas com 63.507.450 milhões de exemplares, sendo gastos 831.797.998 de reais no total, dados esses atualizados pelo portal do FNDE no mês de outubro.

2.2- BREVE HISTÓRIA DO PROGRAMA PNLD

Para entendermos o atual momento do programa, se torna indispensável refletir sobre os principais eventos que contribuirão gradativamente para a atual formação do referido. Sendo assim, é relatado que o PNLD é um programa federal antigo que sofreu reformulações com o intuito de favorecer o ensino aprendizagem. Segundo o Ministério da Educação (MEC) o programa é iniciando a partir da criação do Instituto Nacional do Livro (INL) em 1929, esse evento aproximou mais o governo dos manuais didáticos. Nesse contexto, em 14 de novembro de 1930, o decreto-lei n.19.402 criou uma secretaria de estado com a denominação de ministério dos negócios da educação e saúde que segundo Montovani (2009) era início do ministério da educação (MEC), porém só em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas que o INL começou de fato a efetuar suas primeiras atribuições, nas quais suas principais ações seria a elaboração de uma enciclopédia nacional, a expansão do número de bibliotecas públicas, e a edição de obras literárias para a formação cultural da população, evidentemente que essas ações foram planejadas para serem concluídas ao longo de anos, e nesse contexto os anos de 1938 e 1945 foram muito importantes para formação da atual estrutura do PNLD. Tendo em vista que o mesmo começou a se assemelhar ao formato atual, como estabelece o FNDE ao citar que,

Em 1938, por meio do Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/38, o Estado institui a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), estabelecendo sua primeira política de legislação e controle de produção e circulação do livro didático no País (FNDE, 2015).

Os serviços prestados por essa comissão tinha como principal alvo suprir as instituições de ensino com material didático. Tendo como base as colocações de Filgueiras (2012) o CNLD entre outras funções, se responsabilizava de inspecionar e aprovar os livros que deveriam ser sancionados no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais e secundárias de todo o país. É importante mencionar

que a CNLD foi criada no período de Estado Novo em que sua logística política autoritária e nacionalista acabou influenciando nos conteúdos dos livros didáticos, assim como descreve Montovani:

A CNLD tinha como tarefa fazer o controle da adoção dos livros, de forma que eles possibilitassem o desenvolvimento de um espírito de nacionalidade. Esse fato fica claro quando se analisam os critérios para as avaliações dos livros, que valorizavam muito mais os aspectos políticos-ideológicos do que os pedagógicos (2009, p 28).

A partir do momento em que governo estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático através da denominada “lei do livro didático”, na qual entre as inúmeras ações da referida é importante destacar o artigo 1º “É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos”. É também nesse decreto que passamos a conhecer a atual definição para o livro didático, destacado em seu artigo 2º “Para os efeitos da presente Lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe”, Nesse contexto, em 1945 o Estado consolida a citada legislação, em que destacamos o artigo 5º:

Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino nem estabelecer preferência entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos professores de ensino primário, secundário, normal e profissional a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado (2015, p, 1).

Nesse contexto, essas ações, ainda que um pouco contidas, iniciaram uma moldagem do sistema democrático no qual está inserido, ou deveria está, o livro didático e todas as suas particularidades socioeconômicas. Ao passar dos anos, Mantovani descreve que,

[...]em 1985, foi promulgado o decreto n.91.542, que institui o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), apresentando como mudanças: Indicação do livro feita pelos professores, o início da reutilização do livro, e a expansão para 1ª e 2ª séries das escolas públicas; também acabou com a participação financeira dos estados, controlando todos os recursos (2009, p. 33).

É importante mencionar que nos anos iniciais do PNLD os livros não passaram por critérios de avaliação de qualidade, somente na década de 1990 é que surgem

preocupações referentes a esse assunto. Realizaram-se avaliações iniciais no ano de 1994, a partir de então, o processo foi expandido e as avaliações foram sistematizadas ao longo dos programas. Tais metas e controles de avaliação ficaram sob o controle do Ministério da Educação.

Porém, só em 1997 com a transferência das ações do Fundo de Assistência ao Estudante (FAE) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é que foi iniciada a produção e distribuição dos livros de forma contínua e dinâmica proporcionando que todos os estudantes do ensino fundamental público recebessem livros didáticos de todas as disciplinas. Percebemos que desde sua criação, o PNLD iniciou sua contribuição como política pública educacional, fundamental no avanço da distribuição de livros em escolas públicas brasileiras. Como nos mostra Mantovani o objetivo principal de tal programa é o de “adquirir e distribuir, de forma universal e gratuita, livros didáticos para todos os alunos da escola pública do ensino fundamental no Brasil” (2009, p. 33).

Chegando ao ano 2000, o PNLD se encaminhava para os seus últimos ajustes, na ocasião em que foi acrescentado ao programa a responsabilidade de distribuir dicionários da língua portuguesa para uso dos alunos de 1ª a 4ª série. Ocorreram mudanças também na forma de entregas, visto que tanto os dicionários como os livros didáticos passaram a ser, pela primeira vez na história, entregues no ano anterior ao ano letivo em que serão utilizados. Nessas circunstâncias, em 2001 o programa desenvolve de forma gradativa os livros didáticos em *braille* com o objetivo de beneficiar os alunos com deficiência visual do ensino regular público, e que atualmente segundo o MEC, esses alunos são atendidos também com livros em libras e na versão *MecDaisy*².

² O MecDaisy é um software desenvolvido pela UFRJ que permite a leitura / audição de livros no formato Daisy. O formato Daisy – Digital Accessible Information System – é um padrão de digitalização de documentos utilizado para a produção de livros acessíveis. O mesmo permite a navegação facilitada pelos livros e maior interação no momento da leitura, possibilitando a localização de termos e palavras, navegação ágil pelo índice do livro, inclusão de notas, tudo isso através de orientações verbalizadas pelo próprio sistema.

3- LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

3.1- EDITORAS E O COMÉRCIO DE LIVRO DIDÁTICO

Entendemos que a precarização do ensino, de modo geral, se encontra vinculado a uma teia de relações que envolvem ações que atingem o Estado, a escola, a sociedade, o professor e o aluno. Estamos conscientes de que fazer uma análise relacionada ao livro didático nas escolas de ensino básico, é necessário ir além da sala de aula, queremos dizer que, antes de avaliar a relação professor/aluno, livro didático/escola, é preciso levar em consideração a influência de outros agentes que atingem o local, porém não possui relações diretas com o mesmo. No geral, são muitos os fatores que influenciam o processo de precarização do sistema que envolve o ensino-aprendizagem, entre muitos, cabe destacar a pouca eficiência do Estado, as deficiências no processo de formação dos professores e o poder das empresas editoriais, pois sabemos que o comércio dos livros didáticos no Brasil é um negócio lucrativo. Nesse contexto, Kimura é enfática ao se referir à atuação de tais fatores e destaca que, “as políticas públicas são, na maior parte das vezes, as grandes responsáveis pelas situações existentes em muitas escolas públicas do país” (2008, p.12)

A autora deixa evidente que a melhoria da educação está relacionada a uma boa execução das políticas e programas referentes à mesma. Sendo assim, é válido questionar a qualidade na execução do programa PNLD devido ao mesmo comportar outros interesses além da educação. É notório que o programa movimenta uma grande quantidade de dinheiro, como podemos observar na figura 3 a seguir, que informa os valores negociados pelo governo junto as editoras para livros impressos e *MecDaisy* do ensino fundamental e médio no ano de 2015.

Figura 3 VALORES NEGOCIADO PARA LIVROS IMPRESSOS E MECDAISY-PNLD 2015

EDITORA	1º ao 5º Ano	6º ao 9º Ano	Ensino Médio	TOTAL	SHARE	ADQUIRIDOS	MÉDIA	TIPOGRÁFICOS	CADERNO	EXEMPLAR	MacDaisy	TOTAL
ÁTICA	4.517.901	2.648.032	16.736.895	23.902.828	16,99%	246	97.166	467.882.808	0,3888	7,61	350.362,80	182.153.141,88
SCIPIONE	2.539.480	605.683	4.971.196	8.116.359	5,77%	194	41.837	146.286.118	0,4299	7,74	127.543,58	62.963.389,73
MODERNA	4.372.828	4.407.370	11.990.496	20.770.694	14,76%	292	71.133	401.268.072	0,3990	7,70	317.642,17	160.341.696,95
FTD	6.153.519	8.575.807	11.592.370	26.321.696	18,71%	370	71.140	466.288.406	0,3936	6,97	288.416,66	183.697.292,61
SARAIVA	2.378.689	2.829.222	13.007.977	18.215.888	12,95%	400	45.540	371.796.761	0,4131	8,43	440.403,05	153.952.559,71
SM	1.350.682	2.979.364	9.010.035	13.340.081	9,48%	174	76.667	232.219.810	0,4099	7,13	206.970,83	95.311.612,46
UDP	0	2.582.118	0	2.582.118	1,84%	8	322.765	39.800.749	0,4099	6,31	0,00	16.301.729,39
DO BRASIL	908.253	969.655	1.261.733	3.139.641	2,23%	100	31.396	64.921.424	0,5380	11,12	54.819,20	34.973.538,99
IBEP	754.864	607.995	4.745.376	6.108.235	4,34%	150	40.722	139.772.236	0,4404	10,08	57.688,46	61.600.359,72
BASE	488.251	556.879	450.147	1.495.277	1,06%	87	17.187	21.615.622	0,7515	10,86	48.507,64	16.283.759,46
POSITIVO	910.479	255.597	1.126.951	2.293.027	1,63%	136	16.846	41.686.455	0,7514	13,66	139.988,95	31.469.568,82
TEXTO	287.962	452.455	2.228.337	2.968.754	2,11%	130	22.837	57.059.109	0,7230	13,89	108.042,52	41.344.398,76
MACMILLAN	0	0	5.724.701	5.724.701	4,07%	12	477.058	97.549.747	0,3905	6,65	40.353,39	38.085.112,75
ESCALA	650.423	92.118	1.150.800	1.893.341	1,35%	122	15.519	33.505.753	0,7900	13,98	91.023,82	26.553.600,65
AJS	393	32.495	2.708.193	2.741.081	1,95%	34	80.620	56.996.672	0,6320	13,14	82.759,06	36.098.215,55
PEARSON	38.102	0	98.222	136.324	0,10%	22	6.197	2.244.202	1,0300	16,96	24.020,00	2.335.477,96
TERRA SUL	0	11.080	0	11.080	0,01%	8	1.385	128.009	1,4530	16,78	0,00	185.931,03
ZAPT	44.735	0	0	44.735	0,03%	6	7.456	724.361	1,5000	24,29	0,00	1.086.541,50
GRAFSET	26.623	0	0	26.623	0,02%	10	2.662	272.137	1,5700	16,04	0,00	427.165,35
SARANDI	20.766	0	0	20.766	0,01%	16	1.298	326.941	1,8500	29,13	0,00	604.819,94
DIMENSÃO	4.482	0	0	4.482	0,003%	21	213	52.799	2,2594	26,61	0,00	119.275,39
ESFERA	4.511	0	0	4.511	0,003%	2	2.256	54.294	1,5120	18,19	0,00	82.074,43
LE	1.159	0	0	1.159	0,001%	2	580	11.610	2,1645	21,68	0,00	25.122,97
CCS	0	0	66.396	66.396	0,05%	6	11.066	1.250.453	1,0500	19,77	25.676,00	1.338.547,79
IMPERIAL	0	0	259.107	259.107	0,18%	2	129.554	6.760.038	0,4689	12,23	12.115,91	3.181.521,80
PAX	0	0	493.090	493.090	0,35%	2	246.545	12.616.545	0,4510	11,54	12.031,92	5.701.787,32
TOTAL	25.454.102	27.605.870	87.622.022	140.681.994	100%	2.552	55.126	2.663.091.128	0,4342	8,22	2.428.366	1.156.218.243

Fonte: portal do FNDE-2015.

Diante destas situações de negócios, ocasiona-se o surgimento de um comércio que necessariamente busca o lucro e não o aprendizado. Essa ação que circula o PNLD proporciona uma série de problemas que, conseqüentemente, se sobrepõem ao principal objetivo do programa que é a melhoria do ensino-aprendizagem. Esse comércio é antigo, fato este perceptível em parte de um pronunciamento do então presidente Juscelino Kubitschek em que já relata uma preocupação com o preço dos livros:

O problema do livro didático é matéria que também não pode escapar à atenção especial do Governo. O preço da obra didática e a multiplicidade de livros que o aluno deve adquirir cada ano e que se tornam imprestáveis para o ano seguinte, são fatores ponderáveis de encarecimento do ensino. Propõe-se o Governo a publicar, em larga escala, obras de referência – dicionários, atlas geográficos, tabelas matemáticas – de uso geral e utilidade permanente e que, na maioria dos casos, faltam aos estudantes, por serem, justamente, as de preço mais elevados (KUBITSCHKEK 1956 *apud* GEBARA, 2000, p. 7).

Essa ação que está integrado ao programa e que é denominada por muitos como “comércio de livros didáticos” não é muito difícil de perceber, basta analisarmos o grande negócio que se tornou a distribuição dos livros didáticos no Brasil. De acordo com os dados divulgados pelo FNDE-2015, foram distribuídos R\$1.156.218.143, entre as editoras divulgadas na figura logo acima. É importante salientar que, embora o PNLD sempre apresente mais de vinte opções de escolha aos professores, diretores e demais responsáveis por determinar qual coletânea irá compor o ciclo trienal da escola,

o resultado final da triagem sempre vai estar vinculado a um pequeno grupo de editoras que conseqüentemente são as que mais lucram com o programa. Nesse contexto, a tabela abaixo destaca as cinco editoras que mais lucraram com o PNLD nos últimos três anos (2013/2015).

Tabela 2 **FATURAMENTO DAS EDITORAS COM O PNLD**

ANO	EDITORAS	VALOR TOTAL EM REAL
2015	ÁTICA	182.153.141,88
	MODERNA	160.341.696,95
	FTD	183.697.292,61
	SARAIVA	153.952.559,71
	SM	95.311.612,46
2014	ÁTICA	179.825.557,34
	MODERNA	211.607.432,76
	FTD	188.839.312,07
	SARAIVA	173.287.433,24
	SM	60.466.803,47
2013	ÁTICA	167.999.741,43
	MODERNA	145.245.647,46
	SARAIVA	130.095.467,83
	FTD	122.569.348,93
	SCIPIONE	90.090.915,95

Fonte: Portal do FNDE.

Se formos analisar os dados divulgados pelo FNDE, fica explícito o grande poder que essas empresas exercem no mercado do livro didático, visto que, no decorrer desses três anos a única mudança verificada no cenário dos cinco maiores faturamentos se deu no ano de 2013. Com a ausência da editora SM, que foi substituída pela editora SPCIONE, é importante salientar que ambas são as únicas no elenco divulgado que faturaram abaixo dos 100 milhões de reais, reforçando a grande hegemonia das quatro editoras presentes em todos os anos, sendo as únicas a faturarem acima dos 100 milhões de reais, diante de uma lista de 25/26 editoras selecionadas a cada edição do PNLD.

Não se trata de duvidar da competência das referidas empresas, mas sim, reconhecer que as escolhas das coletâneas estão por muitas vezes vinculadas a uma grande propaganda, uma massiva influência de terceiros que não possuem vínculos com o cotidiano da escola, e ao poder de mercado das maiores editoras. Sendo assim, torna-se mais gratificante ter em mãos o livro mais conhecido, em vez do mais adequado aos

objetivos da escola. Uma edição da revista *Época* deixa bem nítida o grande comércio que é o Programa Nacional do Livro Didático. De acordo com a revista,

A propaganda do governo federal diz que o Brasil tem o maior programa de livros didáticos do mundo. São milhões de exemplares distribuídos anualmente a todas as escolas públicas do país que manifestam interesse em recebê-los. Nesse mercado bilionário, rodeado de desconfianças e pressões de bastidores, a disputa entre as editoras é feroz. Ter uma obra reprovada pelo controle de qualidade do Ministério da Educação (MEC) significa perder posições preciosas na disputa comercial e deixar de faturar muito dinheiro (REVISTA ÉPOCA, 2013, p.1).

Tal fato se constitui em um bom exemplo, e de certa forma, justifica o grande interesse dessas editoras com a distribuição do livro didático, substituindo a qualidade pela quantidade. Ainda de acordo com o mesmo periódico semanal, fazendo uma avaliação a respeito do faturamento das editoras nos anos que vão de 2009 a 2011, as cinco maiores editoras desse mercado faturaram acima de 100 milhões de reais por ano com livros aprovados no PNLD. Se formos comparar a citada avaliação da revista com a feita anteriormente na tabela 2, no qual envolve os anos de 2012 a 2015, podemos concluir que pouco ou nada mudou de 2009 a 2015, e que o mercado que envolve o comércio do livro didático é seletivo a um pequeno grupo de empresas.

3.2- A GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Estamos conscientes de que fazer uma análise sobre como vem sendo lecionada a disciplina de Geografia nas escolas de ensino básico, requer observações que vão muito além da sala de aula e do livro didático, sendo assim, é preciso levar em consideração a influência de outros agentes de diferentes escalas que atingem o local, como por exemplo, o Estado, o município, o bairro no qual a escola está localizada, a estrutura da mesma, seus administradores entre outros, como reforça Kimura:

[...] quando se diz que a escola não está isolada do contexto no qual ela se encontra, é necessário destacar a sua relação direta com a família, com a comunidade local na qual ela se insere e com a sociedade em geral da qual ela é integrante (2008, p.29).

Seguindo o pensamento da autora, é evidente que esse conjunto de fatores é determinante na execução da Geografia. Desta forma, considerando que a escola não está isolada do meio, torna-se primordial analisar a formação dos professores, em razão

de que são os principais influenciadores no processo de ensino-aprendizagem nas escolas. Ações como professores lecionando fora do seu campo de conhecimento, desvalorização das licenciaturas nas universidades e a redução da carga horária destes cursos - principalmente nos cursos à distância, no qual são exemplos algumas instituições privadas que oferecem cursos de curta duração, enquanto as instituições públicas de ensino superior lutam pela ampliação da carga horária, tendo como parâmetro um tempo mínimo para uma licenciatura equivalente há quatro anos – são influentes neste processo.

De fato, a necessidade de termos profissionais bem qualificados é uma realidade nítida no Brasil, principalmente na área de educação. Formar professores qualificados e capacitados não é uma tarefa fácil para as universidades, estas instituições nem sempre irão ocasionar todas as diversas situações presentes em um ambiente escolar. Fazendo referência a formação do professor e ressaltando ainda a importância dos fatores externos a sala de aula e que influenciam negativamente no processo de ensino e aprendizagem na mesma, torna-se importante discutir a infraestrutura física da escola, pois fatores como a insuficiência de meios tecnológicos, e as deficiências do acervo das bibliotecas são algumas das dificuldades com o qual nos deparamos quando exercitamos o magistério, e que é um problema presente na maioria das escolas brasileiras, tal qual lembra Kimura:

[...] frequentemente, vemos alunos vindos dos estágios de ensino assustados por terem seus projetos didáticos dificultados ou até inviabilizados, dada a carência de, por exemplo, um retroprojeter ou até mesmo de um simples mapa-mural, material tão importante para o ensino de Geografia (2008, p.20).

Realmente, ao examinar todos esses fatores externos que assim como relata Kimura (2008), fazem parte de uma teia de relações interligadas a escola, encontramos muitos questionamentos sobre os fatores externos que influenciam no ensino e aprendizagem, porém, a relação mais importante sobre este fenômeno ainda continua sendo a afinidade entre professor e aluno. Com relação a essa questão, cabem algumas observações sobre o ensino da disciplina Geografia, visto que a mesma possui um histórico de mudanças e reformulações no seu modo de ensino, como sugere Cavalcanti:

[...] baseado na compreensão de complexidade de Morin, é preciso superar na Geografia certas dualidades, como: natureza/sociedade, natureza/cultura, tempo/espaço, cidade/campo, local/global, lugar/mundo, teoria/prática,

conhecimento/ação, técnica/poesia, ensino/pesquisa, ensino/aprendizagem, bacharel/professor, geografia física/geografia humana (2008, p. 19).

Outro problema é a prática da Geografia tradicional, cuja proposta pedagógica historicamente se limita a lecionar essa matéria de maneira mnemônica, voltada para a memorização de lugares e belezas naturais, em que a mesma ocasiona o desenvolvimento de conteúdos voltados para a exaltação patriótica. Sobre a Geografia tradicional, Vesentini nos coloca:

Uma coisa é certa: o ensino tradicional da geografia- mnemônico e descritivo alicerçado no esquema “a terra e o homem” – não tem lugar na escola do século XXI. Ou a geografia muda radicalmente e mostra que pode contribuir para formar cidadãos ativos, para levar o educando a compreender o mundo em que vivemos, para ajudá-lo a entender as relações problemáticas entre sociedade e natureza e entre todas as escalas geográficas, ou ela vai acabar virando uma peça de museu (2004, p. 220).

Nesse contexto, sabendo que a Geografia vem passando por processos de renovações teóricas e didáticas, fato este tal qual preconiza Vesentini (2004), que se mostra convicto de que o ensino da Geografia tradicional não tem mais lugar nas escolas do século XXI. A opção pela pluralidade de caminhos nos conduz a problemática que enseja pluralidade de ideias, e a Geografia ensinada atualmente na escola, enfrenta grandes dificuldades em se desvencilhar dos problemas acarretados pela adoção da Geografia tradicional.

Essa problemática inclui diversos fatores como a formação do professor, o planejamento da escola, a utilização das novas metodologias de ensino e aprendizagem, a obrigação de se cumprir as metas impostas pela escola, e uma readaptação na forma de se utilizar o livro didático. Nesse sentido, “não se pode deixar de citar o mito do ‘programa a cumprir’, mito esse que impede maiores inovações. Quando se alega não haver uma obrigatoriedade desse cumprimento de programa oficial, surge um outro monstro, o vestibular” (CARVALHO, 2007, p.66).

Além da imensa dificuldade em que o professor tem em desvincular-se do ensino de Geografia tradicional, em tal afirmação a autora nos mostra que a responsabilidade imposta pela sociedade de que o professor será o principal responsável em colocar o aluno em uma universidade, é por certo um fardo do qual o docente dificilmente irá se livrar, uma vez que, existe o mito posto que o ensino básico sirva especificamente para isso, fato este perceptível na avaliação imposta pelos pais que avaliam as melhores

escolas para seus filhos, exatamente as que possuem os maiores números de aprovações em vestibulares no geral. São ações como estas que incomodam o professor quando é pensado em inovar na sua prática docente.

Inovações essas que o professor da atualidade não pode mais se esquivar, pois, como SANTOS (2002) nos mostra, vivemos em um meio técnico -científico - informacional, assim novas metodologias como as TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), são elementos fundamentais para o ensino e aprendizagem no século atual.

Entender que o aluno possa aprender, através de filmes, documentários, músicas, encenações, ou simplesmente através da observação do seu local de moradia, ainda é uma realidade distante para uma sociedade movida pela competição e alienada ao mito da eficácia dos modelos antigos de salas de aula, em que o professor é a autoridade máxima, incontestável e o livro didático é a verdade única, assegurada a uma repetição mnemônica como forma de aprendizagem.

3.3- O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

Em se tratando do uso de material didático, entra em cena uma das questões mais debatidas na área de ensino, a utilização do livro didático em sala de aula. Sua definição tomando como referência Ângelo (2010, p.6) no qual denomina que é “todo e qualquer produto impresso com objetivo de ser utilizado na escola sejam eles compêndios, manuais, livros didáticos do aluno e do professor, atlas, cartilhas, livros de leitura para estudantes e livros de orientação para professores”. Isso posto, acreditamos que a sua definição é bem mais ampla do que apenas um material impresso, nesse caso, em concordância com Filgueiras (2012), acreditamos que o livro é parte da cultura escolar, como um mecanismo de socialização, que colabora na transmissão de conteúdos de ensino. A partir das concepções dos autores citados, ao mencionar que o livro é um colaborador, fica evidente que o mesmo não pode ser a única forma de ensino, mas, que pode contribuir na sua aplicação.

O livro sempre é alvo de muitas críticas, seu conteúdo por vezes alienador e distante da realidade do aluno, e a preocupação do professor em concluir todo o seu conteúdo durante o ano letivo são alguns exemplos. Mas, como utilizar adequadamente o livro didático na sala de aula já que por diversas vezes são eles os principais recursos de aprendizagem em que o aluno de uma escola pública pode contar? Essa é uma das

dúvidas mais frequentes na vida profissional de um professor, por isso cabe ao mesmo colher o que se plantou na graduação para por em prática todo o seu conhecimento metodológico em prol de uma exploração do livro didático como uma metodologia de auxílio eficaz no ensino/aprendizagem.

Nem a proposta de um livro nem as idéias do professor são infalíveis; portanto, a relatividade do conhecimento precisa está sempre presente na análise de qualquer produção didática, a fim de que se trabalhe com o aluno o dinamismo na construção do saber (CACETE; PAGANELLI; PONTUSCHKA, 2007, p. 343).

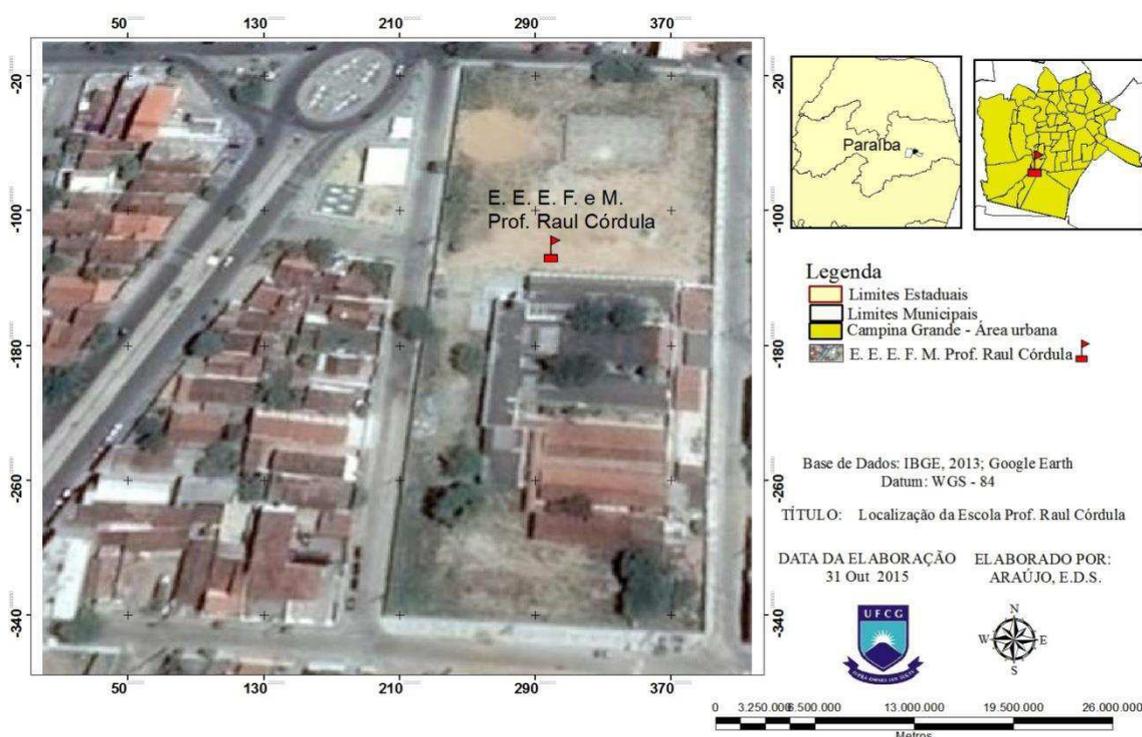
A partir deste contexto, fica evidente que o ensino e aprendizagem da Geografia é complexo e que, ainda, estamos distantes da excelência, pois atingir ou se aproximar de semelhante patamar depende do compromisso real de vários agentes gerais e locais com a educação. Porém, o que ainda move a esperança de atingir tais extratos é que o principal agente transformador e modelador ainda continua sendo o professor.

4- O PNLD E LIVRO DIDÁTICO NA ESCOLA RAUL CÓRDULA

4.1- A ESCOLA RAUL CÓRDULA

A escola analisada em nossa pesquisa está localizada no município de Campina Grande, estado da Paraíba, mais especificamente entre o alto sertão e a zona litorânea do estado, com uma população 385.213 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Imagem-1: Mapa de localização da escola Raul Córdula



Fonte: Araújo, 2015.

A Escola Prof. Raul Córdula é uma instituição pública de ensino e apresenta uma estrutura de grande porte se comparado com outras escolas próxima do seu bairro. Localizada no Bairro do Cruzeiro, na cidade de Campina Grande – PB, na Rua Gábio José de Oliveira, s/n. a Escola tem uma grande influência nos bairros vizinhos.

O espaço físico da escola Raul Córdula que pode ser explorado pelo professor de Geografia em suas aulas é contemplado por um grande espaço externo, vinte salas de aulas, com uma capacidade de comportar 40 alunos cada, tendo uma única sala de vídeo, 02 laboratórios, sendo, um de ciências, com materiais de química, física e de robótica, e outro de informática com todos os computadores funcionando, além de uma biblioteca, como é possível observar na imagem logo a seguir.

Imagem- 2: Espaço físico da escola

Fonte: Silva, 2015.

Aparentemente esse é o cenário físico de qual o professor de Geografia pode explorar em suas aulas. É importante também mencionar o cenário pedagógico encontrado em cada um desses ambientes, retratados em números na tabela 3 logo abaixo.

Tabela 3

DIAGNÓSTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

ESPAÇO	MATERIAL	QUANTIDADE
BIBLIOTECA	COMPUTADOR	1
	MAPAS	46
	LIVROS PARADIDÁTICOS	4.000 EXEMPLARES (APROXIMADAMENTE)
	LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA (CONSULTA)	144
	DICIONÁRIOS	320
LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA	LIVROS PEDAGÓGICOS	300
	COMPUTADORES	30
SALA DE AULA	IMPRESSORA	1
	QUADRO E PINCEL	1
SALA DE VÍDEO E RECURSOS	DATA SHOW	3
	NOTE BOOK	2
	TELEVISÃO	1
	GLOBO	3
ESPAÇO EXTERNO	-	-

Fonte: Silva, 2015.

Isto posto, vale salientar que as coleções utilizadas atualmente em sala de aula são as seguintes: ensino fundamental são os de Vesentini (2012) da coleção Teláris, editora Ática. Já os do ensino médio são os de Arno Aloisio Goettems e Antonio Luís Joia, da coleção Geografia leituras e interações da editora Leya. Essa constatação deixa evidente o domínio que as grandes editoras possuem dentro do PNLD, visto que um dos livros utilizados na escola é de uma das editoras que fazem parte de um seleto grupo que dominam esse mercado, como já destacamos anteriormente na tabela 2.

Imagem- 3: LIVROS UTILIZADOS NO FUNDAMENTAL E MÉDIO



Fonte: Silva, 2015.

Analisando os dados e comparando com a situação em que se encontram as escolas públicas brasileiras, chegamos à conclusão de que a escola Raul Córdula oferece uma boa estrutura física e pedagógica para que o professor de Geografia possa trabalhar com eficiência. Embora a sala de aula ainda faça referência a um ensino mais tradicional, os recursos disponíveis na escola, como mapas, globos geográficos, data-show, computadores, e entre outros, permitem que o professor busque mais alternativas para lecionar a disciplina de Geografia, tornando-a mais atrativa para os alunos e se desvinculando do velho ciclo composto pelo livro didático, quadro e pincel.

4.2- O PROGRAMA PNLD NA ESCOLA

Para entender como funciona o programa na escola foram aplicados questionários com 5 professores de geografia em um total de 5 existente na escola, além

do diretor e vice. Primeiro é necessário frisar que foram aplicados questionários com os professores de Geografia. Ao analisarmos os questionários, percebemos que o programa é de conhecimento da escola, visto que, com exceção de um, os questionados afirmaram que o livro é assunto presente nas reuniões entre o corpo docente da instituição, além do conhecimento individual, no qual a maioria afirmou que as propagandas a nível nacional, e o portal do MEC são suas principais fontes de informações sobre o programa. Fazemos aqui ressalva a um professor, que afirmou que seu conhecimento sobre o programa mencionado foi adquirido na graduação, através das disciplinas de didática. Essa alegação reafirma a grande influência que uma boa formação exerce na vida acadêmica do professor, uma vez que a graduação discute situações políticas no qual o mesmo irá vivenciar em seu ambiente de trabalho.

Nesse contexto, torna-se preocupante o fato de apenas um profissional ter mencionado a graduação como sua principal fonte de conhecimento sobre o PNLD, visto que, não é uma política recente, aumentando a possibilidade que mesmo os professores mais veteranos já tenham discutido sobre o assunto em sua formação. Porém, o mais preocupante diz respeito a um dos professores não conhecer o programa, uma vez que, o PNLD é a única fonte pela qual a escola tem acesso ao seu livro didático, e o professor é um dos responsáveis pela escolha desse material. Com relação aos serviços prestados pelo programa na escola, o mesmo foi muito bem avaliado, tendo como única contestação, a carência de conteúdos adequados à realidade do alunado, como é perceptível na descrição do professor 3, “mesmo achando eficiente, seria interessante um produção do livro de maneira regionalizada. Para aproximar o aluno do conteúdo”. Em concordância com o que foi relatado, acreditamos que esse seja um dos principais problemas do livro didático, pois, além de sua produção procurar abarcar todos os conteúdos reivindicados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCNs, ainda existe o interesse das editoras em vender suas coleções para todos os estados nacionais. Contribuindo para que o conteúdo do livro seja muito superficial e distante da realidade de algumas regiões.

4.3- ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA

Com a análise dos dados, afirmamos que escolha do livro na escola é realizada unicamente pelos professores, e que a diretoria atua apenas na administração desse processo. Sendo assim, a triagem da coleção de Geografia é efetuada através de

reuniões com os professores da área, e a análise é feita em contato direto com o livro, no qual, é examinado se o conteúdo, e o material do livro são do nível exigido para o aluno, e adequado à realidade da escola. O fato de nenhum professor utilizar o Guia do Livro Didático para auxiliar nas análises das coleções, faz com que a triagem seja feita apenas com as editoras com maior poder financeiro, pois são as únicas com a capacidade de encaminhar seu material para as escolas, reduzindo assim as opções de escolha dos professores, e tornando esse processo menos democrático. Talvez esse seja um dos fatores a contribuir para termos sempre o mesmo cenário em se tratando dos maiores faturamentos com o comércio do livro didático.

Um dos pontos mais relevantes constatado nos dados obtidos, diz respeito à utilização do projeto político pedagógico (PPP) como norteador durante a seleção das coleções. Consideramos essa prática uma das mais importantes na escolha do livro didático. Em razão de que a escola, entre vários outros aspectos, é um espaço político e, que necessita de uma organização para que o ambiente escolar se torne profissional, saindo assim do amadorismo, e tendo todas as suas ações orientadas por algo concreto, que neste caso é o PPP. O referido é muito eficiente na escolha do livro didático da escola, pois compacta todos os objetivos e filosofia da mesma. O próprio MEC recomenda que o livro didático deve ser adequado ao projeto político-pedagógico da escola, em concordância com o referenciado, Gadotti (2001) descreve que,

[...]pressupostos do projeto político-pedagógico da escola - não se limitam à mera declaração de princípios consignados em algum documento. Sua presença precisa ser sentida no conselho de escola ou colegiado, mas também na escolha do livro didático, no planejamento do ensino, na organização de eventos culturais, de atividades cívicas, esportivas, e recreativas (p.161).

Para escolher o livro que mais se assemelha com a filosofia e os objetivos pedagógicos da escola, visto que, é o recurso didático que fará parte da instituição por anos, é indispensável consultar o PPP antes de sua escolha. Analisando o próprio sentido etimológico da palavra projeto, que significa “lançar algo à frente”, o referido é sem dúvidas um guia muito eficiente na escolha do livro didático.

4.4- A RELAÇÃO DAS EDITORAS COM A ESCOLA

Ao analisar os dados, percebemos que a única relação que as editoras mantêm com a escola é para promover a sua coleção, tendo a propaganda através de seus representantes como a prática mais frequente. Fato este constatado nas respostas dos

questionados para a pergunta: “Existem propagandas das editoras dos livros na escola? Se sim de que forma?”.

Diretor 1: “Sim, através de seus representantes, e da distribuição dos livros didáticos para os professores.”

Diretor 2: “Sim, através dos divulgadores.”

Professor 1: “Sim. Eles vem a escola, e oferece o livro didático aos professores, fazendo propaganda do mesmo.”

Professor 2: “Sim. Geralmente os representantes apresentam as coleções em momentos de intervalo das aulas.”

Professor 3: “Sim, proporcionando reuniões até com autores.”

Professor 4: “Sim.”

Professor 5: “Existe sim. Com apresentações do material de suas respectivas editoras, além da presença frequente na escola.”

Com base nas afirmações acima, constatamos que de fato os professores reconhecem a grande investida das editoras para tentar aprovar seus livros, porém, essa ação não influencia a triagem. Isto posto, se formos considerar que as únicas coleções com possibilidade de ser aprovada na escola tem que chegar as mãos dos professores, devido aos mesmos não consultarem o guia do livro didático, essa aprovação de certo modo fica influenciada pelas ações promovidas através das empresas na escola, visto que, reduz o número de concorrentes na disputa. Nesse contexto, acreditamos que o pouco comprometimento do professor em relação às questões políticas da escola acaba por favorecer o interesse de terceiros, e de certa forma prejudicar o seu próprio ambiente de trabalho, nesse caso, fica posto, que é obrigação do professor conhecer no mínimo o sistema político que envolve a sua profissão.

4.5- A UTILIZAÇÃO DO LIVRO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Constatamos na fala dos professores que participaram da pesquisa, que o livro didático é utilizado por todos, de formas diversificadas. Existem os que o utilizam como único recurso didático: “Obrigatoriamente. Professores da rede pública não tem escolha” (Professor1). E os que versam o livro com outros recursos didáticos, tornando ele uma ferramenta que auxilia nas suas aulas: “É utilizado para auxiliar na compreensão de textos paradidáticos, bem como para a realização de exercício em

alguns casos”. A análise dos dados nos mostrou que os professores utilizam vários recursos didáticos como filmes, documentários, revistas, imagens de satélites, charges, e entre outros. Porém, o livro continua sendo o mais utilizado, as respostas com relação a sua eficiência em sala de aula foram na maioria positivas, relataram principalmente a sua praticidade com relação ao seu conteúdo, facilidade de acesso dos alunos, sendo a principal fonte de consultas dos mesmos, e por comportar todo o conteúdo necessário para o ano letivo, sendo assim a única crítica recebida pelo avaliado foi com relação a falta de conteúdos mais próximos da realidade dos alunos.

Isto posto, avaliamos que a escola tem a utilização do livro como uma tradição, algo que já é rotineiro nas aulas, inibindo assim a utilização de outros recursos com mais frequências, é creditado ao livro o norteamento dos conteúdos durante todo ano letivo. Nesse contexto, em um ranque para saber qual o recurso didático mais utilizado nas aulas de Geografia, o livro didático foi à primeira opção tendo a preferência de 03 professores, em um total de 05, sendo que a segunda opção ficou com o quadro e pincel, como é posto na tabela 4 abaixo.

TABELA 4- RANQUE DOS RECURSOS DIDÁTICOS MAIS UTILIZADOS

QUESTIONADOS	RECURSOS DIDÁTICOS
PROFESSOR 1	1º-LIVRO DIDÁTICO 2º-QUADRO E PINCEL 3º-DATA SHOW 4º-COMPUTADOR 5º-MAPAS 6º-OUTROS
PROFESSOR 2	1º-LIVRO DIDÁTICO 2º- DATA SHOW 3º- MAPAS 4º-QUADRO E PINCEL 5º-COMPUTADOR 6º-OUTROS
PROFESSOR 3	1º-LIVRO DIDÁTICO 2º-QUADRO E PINCEL 3º- MAPAS 4º- DATA SHOW 5º- COMPUTADOR 6º-OUTROS
PROFESSOR 4	1º- QUADRO/PINCEL 2º- DATA SHOW 3º- MAPAS 4º- LIVRO DIDÁTICO 5º- COMPUTADOR 6º-OUTROS
PROFESSOR 5	1º- QUADRO/PINCEL 2º- LIVRO DIDÁTICO 3º- OUTROS 4º- MAPAS 5º- COMPUTADOR 6º- DATA SHOW

Fonte: Silva, 2015.

Como são perceptíveis na tabela, os dois recursos citados estiveram sempre presentes revezando a primeira posição, deixando outros recursos como, mapas, computadores, data show, em outros planos. Entendemos que as opções dos professores ainda remetem a um ensino mais tradicional, uma vez que, esse é o padrão das escolas públicas brasileiras.

Porém, é importante avaliar que em um ambiente totalmente dominado pelo livro e quadro, ter a presença de outros recursos, como data show, e mapas, bem ranqueados, dá a entender que esses recursos são utilizados pelos professores de Geografia em algumas aulas, situações essas pouco ocorridas nas escolas do país, na maioria das vezes devido às condições financeiras das escolas ou da competência pedagógica dos professores. Fazendo uma análise da tabela 5, com algumas respostas dos professores com relação à utilização dos recursos didáticos, é notório que embora o livro ainda seja o “automático”, todos parecem entender a necessidade do uso de outros recursos metodológicos como suporte para aprendizagem em Geografia, fato que entendemos ser uma boa prática para melhorar a qualidade do ensino. Por outro lado, temos a consciência que esta situação não é o que predomina na maioria das escolas, pelo menos é o que aponta a maioria dos estudos de didática e de metodologias de ensino que temos consultado.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da discussão metodológica que desenvolvemos nesse trabalho podemos perceber que o processo de escolha do livro didático ainda é complexo e tem alguns detalhes incompreendidos. Devido ao mesmo fazer parte de um grande negócio, são encontrados alguns dados bem questionáveis, como por exemplo, o fato de termos sempre as mesmas editoras no topo dos maiores faturamentos, é no mínimo incoerente se formos analisar a grande quantidade de livros distribuídos em um país multicultural de dimensões continentais, e que são escolhidos por escolas de diversas concepções sociais, culturais e metodológicas. Buscando sanar essas dúvidas percebemos *in loco* alguns fatores que influenciam na composição desse cenário, tais como, a grande influência de agentes políticos e empresariais, o pouco interesse pelas questões políticas da maioria dos professores do ensino básico, e a grande propaganda exercida pelas maiores editoras. Essas fatores certamente interferem na triagem dos livros didáticos, que consequentemente influenciam na formação dos estudantes.

Com a análise da escola citada, é notório que a mesma possui boas condições, com relação ao espaço físico, material didático, e outros recursos disponíveis através de programas governamentais, porém, ela se encaixa em uma espécie de padrão das escolas públicas brasileiras, em que o livro didático é o principal recurso em sala de aula, nesse

contexto, a escolha do livro na mesma é pouco refletida, devido aos professores não analisarem todas as obras oferecidas pelo PNLD.

Em relação à utilização do livro didático no ensino de Geografia a sensação é de que embora existam alguns professores ainda utilizando o livro como único recurso, e que contribuem muito pouco por uma educação realmente transformadora, há algumas exceções presentes na escola. Demonstrando que embora o cenário em que se encontram seja um pouco desfavorável para buscar inovações no ensino/aprendizagem, ainda é possível quando o professor é comprometido com a sua profissão, isto é processo de aprendizagem do estudante e do fazer político.

Sendo assim, esse contato que tivemos com os educandos nos mostrou que existem perspectivas de melhoria, desde que concebamos o processo educativo como elemento integrador e que vai além da sala de aula, no qual é de fundamental importância considerar todas as dimensões desse processo de ensino, que passa pela competência técnica do educador, pela competência pedagógica e pelo conhecimento do funcionamento do sistema de ensino como um todo.

6-REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGELO, Maria Deusia Lima. Considerações Acerca de uma Proposta de Análise Temática em Livros Didáticos de Geografia Escritos entre (1870 – 1920). **Anais do XVI Encontro de Geógrafos Brasileiros - Porto Alegre**, 2010.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2015 – Geografia**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/5940-guia-pnld-2015>. Acesso em: 10/08/2015.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2014 – Geografia**. Brasília: MEC, 2014. <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/guias-do-pnld/item/4661-guia-pnld-2014> Acesso em: 10/08/2015.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica. **Guia de Livros Didáticos PNLD 2013 – Geografia**. Brasília: MEC, 2013. <http://www.fnde.gov.br/arquivos/file/7367-guia-pnld> Acesso em: 10/08/2015.

ÉPOCA. Disponível em :<http://revistaepoca.globo.com/sociedade/noticia/>. Acesso em: 01/04/2015. Acesso em: 10/08/2015.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a realidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana**. Campinas, SP: Papirus, 2008. – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

CARVALHO, Maria Inez da Silva de Sousa. **Fim de século: a escola e a geografia**. 3 ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

FNDE. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico>. Acesso em: 05/08/2015.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. As avaliações dos livros didáticos na Comissão Nacional do Livro Didático: a conformação dos saberes escolares nos anos 1940. **IX Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2012**. <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/372/354>.

GEBARA, Ademir. Mensagens presidenciais e livros didáticos no Brasil. In: **I Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnld/apresentacao>. Acesso em: 08/08/2015.

GADOTTI, Moacir. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. **Conferência Nacional de Educação para Todos**. Brasília, 1994.

MANTOVANI, K. P. **O programa nacional do livro didático – PNLD: Impactos na qualidade do ensino público**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas; Departamento de Geografia. São Paulo, 2009.

PONTUSCHKA, Nidia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanclei. **Para ensinar e aprender Geografia**, 1º Ed. – São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção docência em formação. Série ensino fundamental).

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo – razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.

KIMURA, Shoko. Escola: uma teia de relações In: KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino Básico: Questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.

VESENTINI, José William. **O ensino de geografia no século XXI**, Campinas, SP: Papirus, 2004.

LEIS CONSULTADAS

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei Nº 1.006, Estabelece as Condições de Produção, Importação e Utilização do Livro Didático. De 30 de Dezembro de 1938, In:<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislação>. Acesso em: 01/09/2015

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei Nº 8.460, Consolida a Legislação sobre as Condições de Produção, Importação e Utilização do Livro Didático. In:<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislação>. Acesso em: 01/09/2015.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

APÊNDICE